

DÍVIDA EXTERNA

ESTADO DE SÃO PAULO

Crise do Golfo pesa na negociação

País não pode deixar baixas suas reservas diante da perspectiva de guerra

RÉGIS NESTROVSKI
Especial para o Estado

NOVA YORK — A resolução da ONU que poderá desencadear a guerra no Golfo Pérsico foi colocada na mesa de negociações entre o Brasil e os bancos credores em Nova York como uma das razões pelas quais o País não pode deixar suas reservas baixas na véspera de uma crise em potencial do petróleo. A observação foi feita pelo negociador oficial da dívida externa brasileira, embaixador Jório Dauster, em reuniões com o comitê credor da dívida.

Dauster disse ainda que “o Brasil não joga com as dificuldades que os bancos tiveram do ponto de vista interno, como a crise das instituições de poupança nos EUA e do setor imobiliário”.

“Mas não podemos também apressar a negociação porque alguns

bancos têm de fechar seus livros no fim do mês”, acrescentou. Dauster tem se encontrado com banqueiros credores desde quarta-feira e espera que o encontro entre os presidentes Fernando Collor e George Bush, em Brasília, possa auxiliar de alguma forma na negociação da dívida. “É uma oportunidade excepcional, porque o presidente dos EUA tem imenso poder em termos de economia norte-americana”, disse Dauster. “É uma questão de clima e em outras negociações houve maior participação do governo americano, como no acordo do México, a primeira vez em que um grande devedor teve redução da dívida.”

O embaixador não aceita a observação de que as negociações estão lentas. “Essa caracterização de lenta não é fato”, diz. “Iniciamos a negociação em outubro, há um mês e meio, e não existe nenhum caso de país grande que tenha completado a negociação nesse espaço de tempo.” O Brasil, acrescentou, “deve uma soma extraordinária e tem ainda a dificuldade dos atrasados”. Na sua opi-

nião, “o problema do tempo não pode ser superior ao da qualidade do acordo”. Com a crise do Golfo, ele definiu a dificuldade da negociação: “Estamos consertando relógio em terremoto.”

Os bancos norte-americanos têm até o dia 31 para isso, enquanto para os japoneses esse prazo se estende até março. Mesmo assim, com um pagamento de US\$ 2 bilhões ou de US\$ 900 milhões, poucos acreditam que o governo brasileiro possa voltar ao mercado tão cedo. “Nenhum banqueiro disse que com um pagamento o Brasil teria empréstimos do sistema bancário”, observou Dauster.

Não houve reunião no fim de semana entre o Brasil e bancos credores. As reuniões recomeçarão amanhã e a delegação brasileira vai se encontrar com o coordenador da dívida, William Rhodes, do Citibank, e com os vice-coordenadores do Lloyd's Bank, da Inglaterra, e do Morgan, enquanto os demais 19 bancos que participam do comitê vão consultar suas bases sobre o andamento das negociações.